

Dossiê: As (novas) políticas curriculares para formação docente: paradoxos e problematizações possíveis

Graça Regina Franco da Silva Reis¹

Veronica Borges²

doi: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1514>

Caros leitores,

Não podemos deixar de registrar o cenário pelo qual atravessamos – um espaço-tempo marcado por uma pandemia que ultrapassa fronteiras e que, de certo modo, aproxima-nos em nossos desafios de reinvenção da educação, do trabalho, da relação com amigos e familiares, da formação dos professores, da relação com a mídia, com a política e com o discurso da ciência. Também não podemos deixar de marcar nosso posicionamento diante de um outro “vírus” que se espraia mundo afora: discursos obscurantistas que anunciam o que o mundo é ou deve ser com tamanha violência. Do local ao global, são incontáveis os efeitos disso. Como se vê, os desafios da educação em dar respostas às incertezas da vida continuam, e este dossiê emerge como uma abertura para discussão. Assim, sua relevância está em ser um disparador de questões concernentes às políticas curriculares para a formação docente já promulgadas e em processo de promulgação, expressando possibilidades de análise de vários matizes teóricos. Cada trabalho apresentado cumpre essa expectativa, oferecendo aos leitores problematizações das políticas de formação docente, com rigor acadêmico e originalidade.

Consideramos importante também destacar que este dossiê integra uma convocação da Associação Brasileira do Currículo (ABdC) para discutir, sob várias temáticas, questões referentes às políticas curriculares. O presente dossiê, dando continuidade às ações desenvolvidas pela ABdC, é fruto da parceria com a editora Série-Estudos (Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

² Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

UCDB), com a intenção de estimular a produção acadêmico-científica no campo do Currículo.

Nossa pretensão, mais especificamente, foi ampliar o debate acerca do Texto Referência – Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, proposto a partir do modelo de habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sendo assim, uma das temáticas recorrentes, que suscitaram reflexões em vários artigos, refere-se à acentuada predominância de uma concepção privatista nas políticas educacionais. Os textos, uns mais centralmente e outros de modo periférico, abordam e discutem as pautas conservadoras nessas mesmas políticas. Por fim, destacamos que os autores dos textos aqui publicados reverberam discursos, práticas, sentimentos, narrativas, fazeres e pensares de diferentes grupos de pesquisa e de grande parte dos professores das redes públicas de ensino.

O dossiê está estruturado com onze artigos, dos quais dois são de autores estrangeiros, e nove de pesquisadores de diferentes estados do Brasil. Os textos abordam diferentes perspectivas teórico-metodológicas, alternam-se em dimensões macro e micro, de modo indissociado ou não, que impactam as políticas curriculares para formação docente.

Abrindo a leitura, temos o texto “Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil”, de Carlos Skliar e Tiago Ribeiro, que compartilha ideias e inquietações em torno da possibilidade de pensar a educação como comunidade e conversação, experiência de viver e pensar nas diferenças, potência para *re-invenção* de si, do outro e do mundo, numa perspectiva ecológica, a partir de experiências investigativas vívidas no Brasil e na Argentina. O texto aponta que, nesse mundo que parece estar se decompondo, o discurso neoliberal aparece como remediador e democrático, e a meritocracia, como produtora de subjetividades obliteradas em sua potência. Os autores discutem o absurdo da culpabilização da coisa pública pela falência do Estado; a política de mesmidade e homogeneidade como rota civilizatória e educativa; a educação como mercadoria; o pobre como culpável pela pobreza; o aluno que não aprende como culpado pela não aprendizagem; o professor como vilão da educação; o flagelo e o genocídio como políticas de governos; e a vida como bem substituível ou descartável. Oferecem ainda, como disparadores, as narrativas docentes produzidas por professores de

diferentes disciplinas e níveis de escolaridade, em um contexto investigativo de conversa. O texto problematiza modos e maneiras de pensar e plasmar o educativo, bem como questiona algumas ideias quase já transparentes, de tão usuais, as quais obliteram a potência transformativa da escola.

Em “Fazendo a ‘racionalidade’ tremer: notas disruptivas acerca da BNC-Formação”, Ana Paula de Jesus e Veronica Borges se propõem a problematizar a lógica da racionalidade científica que marca políticas curriculares para formação docente. Colocam sob suspeita os encaminhamentos defendidos nas políticas curriculares, em defesa de discursos de eficiência/eficácia como respostas às demandas da sociedade por uma educação de qualidade. Defendem que mecanismos de abaloamento “da racionalidade”, via reconfiguração dos cenários e dos desafios da docência, apresentam-se como operadores disruptivos potentes no campo da Formação Docente. Utilizam-se da leitura dos documentos curriculares – Parecer CNE/CP n. 22/2019, que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Em seu trabalho, cujo título é “Povoando subjetividades na ‘nova’ política para a formação de professores no Brasil”, Merilin Baldan e Érika Virgílio Rodrigues da Cunha focalizam a centralidade da noção de competências nos documentos normativos para a formação de professores. Mostram que a aprovação da Resolução CNE/CP n. 2/2019, em substituição a Resolução CNE/CP n. 2/2015, torna relevante a investigação de como vem sendo interpeladas as subjetividades em torno da noção de competência desde a década de 1990, normalizando o caráter cada vez mais prescrito da regulação. A argumentação se volta a compreender como se dá a reiteração das competências na formação de professores e como se processa o povoamento das subjetividades.

No artigo “BNC para formação docente: um avanço às políticas neoliberais de currículo”, Manuella de Aragão Pires e Lívia de Rezende Cardoso analisam os documentos que compõem o processo de construção da Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, perpassando desde a primeira Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, até o parecer final do CNE, e a resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação

Básica (BNC-Formação). As autoras discutem que tais documentos instituem uma racionalidade neoliberal para pensar, por meio da lógica das competências, um currículo que produz subjetividades docentes e discentes alinhadas às regras de mercado.

Já as autoras Antônia Alves Pereira Silva e Maria Isabel Ramalho Ortigão, em “O curso de Pedagogia e os retrocessos na legislação educacional: uma ofensiva às possibilidades de formação crítica”, propõem-se a discutir a formação de professores no Brasil a partir da reflexão sobre a produção da política educacional: suas manifestações legais e seus impactos na formação de pedagogos. A discussão subsidia-se em uma pesquisa empírica realizada junto a estudantes e professores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, conduzida com o objetivo de analisar a constituição de uma práxis enquanto princípio epistemológico formativo. As autoras defendem que o arcabouço legal que atualmente subsidia a formação de pedagogos no país projeta, ainda que superficialmente, uma concepção de profissional com possibilidade de atuação crítica na sua práxis profissional. Destacam ainda que essa formação se encontra comprometida com a publicação da Resolução CNE/CP n. 02/2019 e apontam para uma retomada de uma perspectiva de formação docente centrada nas competências, o que provoca impactos significativos na organização do curso de Pedagogia.

Por sua vez, José Leonardo Rolim de Lima Severo e Selma Garrido Pimenta apresentam o artigo “Versões do campo da Didática Base Nacional Comum da Formação Docente no Brasil”. Neste texto, os autores discutem como o campo da Didática se situa na terceira versão do parecer para revisão e atualização da Resolução CNE/CP n. 02/2015 e na Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui a Base Nacional Comum da Formação Docente (BNC).

Em “Complexo de formação de professores: espaço-tempo produtor de políticas de currículo”, tendo como foco uma experiência de construção de um novo arranjo institucional, atualmente em curso, nomeada *Complexo de Formação de Professores*, Carmen Teresa Gabriel e Bruna Senna refletem sobre a articulação que vem sendo produzida entre políticas de currículo e políticas de formação docente da educação básica. As autoras defendem que esse complexo sublinha os entrecruzamentos de fluxos de sentidos particulares de currículo de licenciatura e de docência e que essa articulação busca hegemonizar em meio às lutas de significação desses termos, travadas no cenário político educacional de nosso

presente. A análise dos documentos produzidos pelo próprio CFP tem permitido destacar potencialidades insurgentes e elementos desafiadores na produção de políticas (inter)institucionais, que podem contribuir para fazer avançar o debate político-educacional das áreas envolvidas.

Com autoria de Graça Regina Franco da Silva Reis e Rafael Marques Gonçalves, o artigo “Base nacional comum de formação de professores da educação básica: dilemas, embates e pontos de vista” contribui para pensar especificamente a BNC-Formação em sua proposta inicial e, a partir dela, a BNCC já implantada em sua completude desde 2019. Os autores têm como objetivo pensar a BNC-Formação em sua proposta inicial e, a partir dela, a BNCC já implantada em sua completude desde 2019. Os autores assumem, a partir de Santos (2002), que essas duas políticas são o retrato de uma razão indolente que se apresenta nas quatro formas explicitadas pelo autor, indicando que essa indolência está presente nas políticas de currículo e formação estabelecidas por um modelo eficientista, que retrata concepções de escola, de aluno, de professor e de sociedade afastadas de um Estado Social de bem-estar, que, entre outros aspectos, deveria ser constituído na diversidade e na diferença cultural. Discutem a BNCC a partir do entendimento de que é necessário conhecê-la para compreender melhor essa interdependência entre ela e a BNC-Formação. Por fim, trazem uma discussão que perpassa as pesquisas com os cotidianos, sobre os conceitos de raízes e opções (SANTOS, 2008), que demarcam os pontos de vista sobre currículo e formação docente, destacando que a formação de professores deveria estar pautada na ideia de que docentes são produtores de currículos, de seus materiais pedagógicos e dos processos de avaliação, e não meros transmissores do que vem predeterminado pelas políticas educacionais que estão sendo desenhadas para a formação docente.

O texto “Tem dendê na Base? Vidas negras e o Currículo Bahia”, de Iris Verena Oliveira, aborda o Currículo Bahia enquanto um referencial curricular que se propõe a assegurar os direitos de aprendizagem dos estudantes nas escolas baianas. O documento se baseia nas orientações normativas da BNCC, a partir das peculiaridades do Estado, operando pela significação de currículo como conhecimento (MACEDO, 2017; 2019). Aponta a impossibilidade de cumprimento das promessas da BNCC quanto à garantia de qualidade na educação, bem como quanto às questões étnico-raciais, especialmente no que tange à valorização da diversidade, promoção da inclusão e ações educativas voltadas para o combate ao racismo.

A partir de um enfoque autobiográfico articulado à teoria do discurso, o artigo “Autobiografia e Teoria do Discurso: uma possibilidade de desconstruir discursos das políticas curriculares de formação de professores no Brasil”, de Clarissa Bastos Craveiro, apresenta uma possibilidade de *re-significar* os discursos das políticas de formação de professores por meio da narrativa autobiográfica, como um caminho de criticismo e mudanças nos discursos da escola. O desafio do diálogo proposto entre essas teorias é repensar os significados das políticas curriculares na escola com os professores.

Por fim, em “A questão do currículo em tempos sombrios: Hannah Arendt, W. G. Sebald e professores como sujeitos autobiográficos”, oferecendo uma atmosfera que nos remonta à barbárie, Teresa Strong explora as interseções entre Arendt e Sebald e busca refletir sobre como contribuem para a questão do sujeito autobiográfico nos estudos curriculares. Em uma escrita pujante, a partir da narrativa, a autora aborda a capacidade humana de começar algo novo. Argumenta como questões recorrentes da educação atual, como a redução dos professores e alunos a números, instrumentos, comportamentos, servem ao propósito de afastar a experiência/o vivido da formação docente.

Esperamos que possam ler, discutir e divulgar as ideias aqui trazidas, tendo em vista sua atualidade e ressaltando seu caráter oportuno e necessário, uma vez que o campo da educação em geral e os professores, como categoria, vêm sendo alvo de críticas, muitas vezes, aligeiradas e com forte viés instrumental. Desse modo, nossa expectativa também é a de que as discussões com/contra os autores possam contribuir para ampliar o debate sobre as demandas educacionais. Oxalá possamos mudar as perguntas e interpelar as proposições normativas para o campo da formação de professores.

Por fim, ambicionamos que este dossiê funcione como um convite que coloque em debate diferentes modos de conceber a educação e que tais debates repercutam nas políticas curriculares para o campo de formação de professores.

Boa leitura e bons debates! Continuaremos as conversas aqui pontuadas em outros espaços-tempos!